

Discurso justifica decisão

No dia sete de agosto de 1964, o então Secretário Paulo Brossard foi pessoalmente à Assembleia para justificar a sua posição. Em longo discurso, com aproximadamente duas horas de duração, declarou:

“Não criei, não encomendei o episódio que haveria de encher largo espaço nos jornais, nas rádios e mesmo nas televisões. Mas desde que o fato ocorreu, era de meu dever e dever estrito, inadiável e indeclinável, cuidar dele, enfrentá-lo e resguardar o interesse público agravado pela ocorrência inedita. A empresa de televisão não se limitou a veicular uma notícia ou a obter uma entrevista, como veio a alegar, mas fez uma exibição de filme e realizou uma representação animada, ambas sujeitas a censura. Evidentemente o Secretário responsável pelo serviço não poderia assistir de braços cruzados ao acontecimento. Determinei que imediatamente fossem tomadas as medidas que a lei prevê, que são as previstas pelo decreto 2.109 de 22

de outubro de 1946, baixado nos termos do decreto lei 1.183, de 25 de setembro de 1946”.

Brossard justificou a suspensão de 24 horas imposta à TV Gaúcha:

“Seria meramente simbólica a aplicação da pena pecuniária, que, nos termos da legislação do Estado, tem o seu teto fixado em cinco mil cruzeiros, começando por Cr\$ 100,00. Isto para uma empresa poderosa como é a TV não chega a ser uma esportula. E de notar-se, alias, que a pena pecuniária de Cr\$ 5 mil foi fixada em 1946, quando o salário mínimo era de Cr\$ 300,00”.

Durante a sessão Paulo Brossard foi apertado pelo então deputado Getúlio Marcantonio, hoje Secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul, na época também integrante do PL, que solicitou em benefício do próprio Brossard — mais tempo da presidência da Assembleia para que o Secretário do Interior e Justiça pudesse expor sua decisão. Marcantonio foi atendido e Brossard encerrou o seu discurso dizendo: “pobre seria de conteúdo a democracia se todos tivessem de pensar igualmente e se não houvesse, ao lado da força que governa, a força igualmente necessária e útil que fiscaliza, que critica e que corrige, quando o Governo comete erros, quando o Governo não satisfaz a plenitude dos desejos populares”.